

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Estudo Técnico Preliminar 24/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 23111.058686/2025-21

2. Descrição da necessidade

Trata-se de demanda para contratação de Fundação de Apoio para gerenciamento do Projeto Acadêmico de extensão intitulado “**Fortalecer**”, cadastrado na Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PREXC) sob o código nº PJ08/2025-CCHL-166-NVPJ/PG, conforme as disposições expressas no Plano de Trabalho UFPI/FADEX (ANEXO I), parte integrante do contrato, em conformidade com o TEdE respectivo Plano de Trabalho celebrado pela UFPI com a Secretaria Nacional de Políticas Penais - SENAPPEN, com fundamento no inciso I do 3º do art. 3º do Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020.

O projeto tem como objetivo geral:

Desenvolver ações de extensão universitária voltadas para a promoção do acesso à justiça, cidadania, aos cuidados com a saúde mental e direitos de pessoas privadas de liberdade, egressas do sistema prisional, em cumprimento de alternativas penais, pessoas pós audiência de custódia, e monitoração eletrônica; vítimas de crimes, pessoas impactadas pelo contexto de violência e situações de vulnerabilidade associadas ao uso de álcool e outras drogas, assim como de seus familiares.

Objetivos Específicos:

- a) Instalar os núcleos de acadêmicos de atendimentos e acesso à direitos no âmbito do Sistema Prisional, com o atendimentos a pessoas privadas de liberdade que se encontram na Penitenciária Mista Juiz Fontes Ibiapina – Parnaíba-PI (prioritária no projeto), na Penitenciária Feminina Gardênia Gomes Lima Amorim (Teresina-PI) e na Penitenciária Adalberto De Moura Santos – Feminina de Picos-PI, com a disponibilização de apoio técnico à Defensoria Pública do Estado do Piauí, em articulação com o Ministério da Justiça e Segurança Pública;
- b) Apoiar a implementação de serviços de assessoria jurídica popular e gratuita, em formato presencial e virtual, nas áreas do Direito, da Psicologia e do Serviço Social, a pessoas privadas de liberdade que se encontram na Penitenciária Mista Juiz Fontes Ibiapina – Parnaíba (prioritária no projeto), na Penitenciária Feminina Gardênia Gomes Lima Amorim (Teresina) e na Penitenciária Adalberto De Moura Santos – Feminina de Picos, nas áreas de Direito, Psicologia e Serviço Social, visando o acesso à justiça e a proteção e defesa dos Direitos Humanos e a prevenção e combate à violência institucional;
- c) Promover o acesso à justiça para a população privada de liberdade que se encontram na Penitenciária Mista Juiz Fontes Ibiapina – Parnaíba-PI (prioritária no projeto), na Penitenciária Feminina Gardênia Gomes Lima Amorim (Teresina-PI) e na Penitenciária Adalberto De Moura Santos – Feminina de Picos-PI, egressas do sistema prisional, bem como a pessoas em cumprimento de alternativas penais, pós-audiência de custódia, e monitoradas eletronicamente, bem como aos respectivos familiares, com atendimentos nas áreas jurídica e psicossocial;
- d) Contribuir para a superação das vulnerabilidades sociais e acesso a direitos, das pessoas privadas de liberdade, egressas do sistema prisional, em cumprimento de alternativas penais e monitoradas eletronicamente, pessoas pós-audiência de custódia, bem como aos respectivos familiares, com atendimentos na área jurídica e psicossocial, em articulação com a Central Integrada de Alternativas Penais (CIAP) e Escritório Social / Secretaria de Justiça do Piauí (SEJUS);
- e) Promover a prática extensionista e a formação dos estudantes nos contextos sociais e políticos em que estão inseridos;
- f) Desempenhar ações de prevenção e combate à violência institucional no sistema prisional, por meio de ações de educação em direitos, visando a participação social para a construção de uma concepção crítica das ciências criminais, notadamente a execução penal, tendo como base a realização de seminários e oficinas, com a participação de pessoas privadas de liberdade, egressas, docentes, pesquisadores, pesquisadoras, discentes e sociedade em geral, bem como a elaboração e revisão de cartilhas, visando a disseminação de informações;
- g) Fortalecer o papel da universidade no apoio à emancipação social de grupos vulneráveis.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Departamento de Serviço Social	Rosilene Marques Sobrinho de França - SIAPE 2259811

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Contratação da Fundação de Apoio Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação – FADEX, para dar apoio ao projeto acadêmico:

1) Projeto Acadêmico de **extensão** intitulado “**Fortalecer**”, cadastrado na Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PREXC) sob o código nº PJ08/2025-CCHL-166-NVPJ/PG, conforme as disposições expressas no Plano de Trabalho UFPI/FADEX (ANEXO I), parte integrante do contrato, em conformidade com o TEDe respectivo Plano de Trabalho celebrado pela UFPI com a Secretaria Nacional de Políticas Penais - SENAPPEN, com fundamento no inciso I do 3º do art. 3º do Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020.

Justifica-se tal contratação tendo em vista que a referida Fundação: encontra-se construída nos termos da legislação brasileira; está incumbida estatutariamente de apoiar as atividades de ensino, pesquisa, extensão e de desenvolvimento institucional da UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI); possui inquestionável reputação ética profissional, não sendo de conhecimento desta Instituição, até presente data, fato que a desabone; apoia, de forma significativa, o desenvolvimento das atividades-fim da UFPI, prestando serviços com elevado grau de competência e excelência; não possui fins lucrativos; e nos termos de sua proposta e com base na análise da planilha de custos que a íntegra, oferece preço compatível com os serviços a serem prestados e com a realidade de mercado. Para a realização efetiva das ações e atividades previstas nos projetos supracitados, o apoio administrativo e gerencial de uma fundação de apoio torna-se relevante e tem papel fundamental para o êxito da gestão dos recursos e na realização de serviços como a contratação de membros para a equipe, elaboração de relatórios, aquisição de materiais destinados à execução do projeto, dentre outros. Adicionalmente tem-se o histórico de licitações e cotações eletrônicas fracassadas e/ou canceladas por falta de propostas, dada a especificidade dos objetos a serem adquiridos para execução dos projetos. Por se tratar de contratação de Fundação de Apoio, é necessário que a mesma esteja com habilitação vigente para atuar como Fundação de Apoio à UFPI. A participação da Fundação FADEX, devidamente credenciada no MEC e MCTI, no apoio ao desenvolvimento do projeto fundamenta-se no reconhecimento público dos serviços que a própria Fundação tem prestado aos projetos de interesse da UFPI, serviços desenvolvidos em perfeita sintonia com sua missão e seus objetivos estatutários.

5. Levantamento de Mercado

5.1 Dentre as soluções possíveis para atender a necessidade da prestação do serviço demandado, temos as seguintes:

Solução 1: gerenciamento da execução através do corpo técnico da UFPI; porém a natureza da descentralização (contratação de pessoa jurídica) não permite que sejam executadas todas as ações previstas no plano de trabalho.

Solução 2: contratação de fundação de apoio.

5.2 Após análise das soluções possíveis, concluiu-se que a Solução 2 é a mais viável e econômica para Administração da contratação da fundação primária da UFPI (Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação – FADEX), tendo em vista os benefícios advindos para a própria UFPI.

6. Descrição da solução como um todo

A função das Fundações de Apoio é executar projetos de educação, ciência e tecnologia, voltados para as necessidades da comunidade. A utilização de uma Fundação de Apoio com a experiência necessária permite que os coordenadores dos projetos foquem nas suas atribuições de professor, pesquisador e extensionista, enquanto a fundação realiza ações administrativas e financeiras inerentes ao mesmo, como compras, importações, contratação de pessoal, contabilidade e prestação de contas, disponibilizando ainda de sua infraestrutura técnico-administrativa, proporcionando maior agilidade à execução.

A contratação destina-se à gestão dos recursos oriundos da Secretaria Nacional de Políticas Penais - SENAPPEN, com fundamento no inciso I do 3º do art. 3º do Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020. As Fundações de Apoio necessitam ser regulamentadas pelo decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010 e possuir experiência em executar atividades de gestão de recursos públicos, ficando a cargo da UFPI fiscalizar o gerenciamento do contrato a ser firmado com a fundação.

A solução mais adequada para atender às necessidades do UFPI é a contratação por dispensa licitação. Enquadra-se como Dispensa de Licitação com base no inciso XV do Art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e Art. 1º da Lei nº. 8.958/94, de 20 de dezembro de 1994.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O plano de aplicação com todas as despesas a serem executados com os recursos da Secretaria Nacional de Políticas Penais - SENAPPEN do Ministério das Mulheres (MM), com fundamento no inciso I do 3º do art. 3º do Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020., estão detalhados no Plano de Trabalho UFPI/FADEX (ANEXO I) anexo ao instrumento de contratação.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 963.800,00

A estimativa do valor para esta contratação importou em **R\$ 963.800,00 (novecentos e sessenta e três mil e oitocentos reais)**, e será todo repassado à Fundação de Apoio.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O parcelamento da solução NÃO se mostra possível, visto que a contratação desse tipo de serviços só é técnica e economicamente viável e não representará perda de economia de escala se for efetuada a contratação de todos os serviços com uma única fundação. A escolha em se contratar por grupo deve-se em parte pela questão logística, considerando que os serviços possuem interdependência, o que é melhor administrado por um único contrato, que por sua vez leva a uma eficiente execução e controle na gestão contratual.

Portanto, não cabe o parcelamento da solução visto que se trata de itens de um objeto específico de prestação de serviço contínuo a ser efetuado por apenas uma empresa.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta requisição.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O objeto da contratação não foi incluído no Plano de Contratações Anual 2026 através de Documento de Formalização da Demanda (DFD), visto que a UFPI não dispõe de recursos humanos suficientes para execução do projeto, e o objeto do projeto consiste em um conjunto de operações limitadas no tempo, as quais deve ser realizadas dentro de um período específico.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

O projeto tem como objetivo geral:

Desenvolver ações de extensão universitária voltadas para a promoção do acesso à justiça, cidadania, aos cuidados com a saúde mental e direitos de pessoas privadas de liberdade, egressas do sistema prisional, em cumprimento de alternativas penais, pessoas pós audiência de custódia, e monitoração eletrônica; vítimas de crimes, pessoas impactadas pelo contexto de violência e situações de vulnerabilidade associadas ao uso de álcool e outras drogas, assim como de seus familiares.

Objetivos Específicos:

a) Instalar os núcleos de acadêmicos de atendimentos e acesso à direitos no âmbito do Sistema Prisional, com o atendimentos a pessoas privadas de liberdade que se encontram na Penitenciária Mista Juiz Fontes Ibiapina – Parnaíba-PI (prioritária no projeto), na Penitenciária Feminina Gardênia Gomes Lima Amorim (Teresina-PI) e na Penitenciária Adalberto De Moura Santos – Feminina de Picos-PI, com a disponibilização de apoio técnico à Defensoria Pública do Estado do Piauí, em articulação com o Ministério da Justiça e Segurança Pública;

b) Apoiar a implementação de serviços de assessoria jurídica popular e gratuita, em formato presencial e virtual, nas áreas do Direito, da Psicologia e do Serviço Social, a pessoas privadas de liberdade que se encontram na Penitenciária Mista Juiz Fontes Ibiapina – Parnaíba (prioritária no projeto), na Penitenciária Feminina Gardênia Gomes Lima Amorim (Teresina) e na Penitenciária Adalberto De Moura Santos – Feminina de Picos, nas áreas de Direito, Psicologia e Serviço Social, visando o acesso à justiça e a proteção e defesa dos Direitos Humanos e a prevenção e combate à violência institucional;

c) Promover o acesso à justiça para a população privada de liberdade que se encontram na Penitenciária Mista Juiz Fontes Ibiapina – Parnaíba-PI (prioritária no projeto), na Penitenciária Feminina Gardênia Gomes Lima Amorim (Teresina-PI) e na Penitenciária Adalberto De Moura Santos – Feminina de Picos-PI, egressas do sistema prisional, bem como a pessoas em cumprimento de alternativas penais, pós-audiência de custódia, e monitoradas eletronicamente, bem como aos respectivos familiares, com atendimentos nas áreas jurídica e psicossocial;

d) Contribuir para a superação das vulnerabilidades sociais e acesso a direitos, das pessoas privadas de liberdade, egressas do sistema prisional, em cumprimento de alternativas penais e monitoradas eletronicamente, pessoas pós-audiência de custódia, bem como aos respectivos familiares, com atendimentos na área jurídica e psicossocial, em articulação com a Central Integrada de Alternativas Penais (CIAP) e Escritório Social / Secretaria de Justiça do Piauí (SEJUS);

e) Promover a prática extensionista e a formação dos estudantes nos contextos sociais e políticos em que estão inseridos;

f) Desempenhar ações de prevenção e combate à violência institucional no sistema prisional, por meio de ações de educação em direitos, visando a participação social para a construção de uma concepção crítica das ciências criminais, notadamente a execução penal, tendo como base a realização de seminários e oficinas, com a participação de pessoas privadas de liberdade, egressas, docentes, pesquisadores, pesquisadoras, discentes e sociedade em geral, bem como a elaboração e revisão de cartilhas, visando a disseminação de informações;

g) Fortalecer o papel da universidade no apoio à emancipação social de grupos vulneráveis.

13. Providências a serem Adotadas

Considerando tratar-se de atividade administrativa e não finalística, e pela natureza do serviço, será necessário somente a nomeação de fiscais titular e suplente de contrato.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A contratação deste tipo de serviço não gera impactos ambientais, não sendo necessário, salvo melhor juízo, medidas para sanar qualquer risco ambiental que porventura possa existir.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A UFPI não dispõe de recursos humanos suficientes para a execução do projeto, cujo objeto consiste em um conjunto de operações delimitadas no tempo, que devem ser realizadas em período específico. Justifica-se, ainda, a necessidade de viabilizar a execução do objeto do TED celebrado entre a UFPI e a SENAPPEN/MJSP ainda no presente exercício, considerando o prazo para empenho dos recursos já descentralizados.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ROSILENE MARQUES SOBRINHO DE FRANCA

Agente de contratação

MARIA LEONILDES BOAVISTA GOMES CASTELO BRANCO MARQUES

Coordenadora Adjunta

LUIZ ANTONIO DE MENESES WAQUIM SILVA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 26/03/2026 às 12:11:52.